AURA ALMAS MINERAÇÃO S.A.
CNPJ N° 08.213.823/0001-07
NIRE 17.300.009.423

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2022**

1. **Data, Hora e Local:** Em 16 de maio de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Aura Almas Mineração S.A. ("Companhia"), localizada na Fazenda Mateus Lopes, s/n, Zona Rural, município de Almas, Estado do Tocantins, CEP 77.310-000.
2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
3. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Glauber Rosa Luvizotto ("Presidente"), que convidou a Sra. Simone Pereira Gonçalves para secretariá-lo ("Secretária").
4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação das informações trimestrais (ITR) da Companhia de 31 de março de 2022, revisadas pelos auditores independentes da Companhia, e (ii) aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.
5. **Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições aprovaram:
 - 5.1. As informações trimestrais (ITR) da Companhia de 31 de março de 2022, revisadas pelos auditores independentes da Companhia.
 - 5.2. O aumento do capital social da Companhia em R\$ 5.279.476,00 (cinco milhões, duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais) mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, efetuado pela acionista Aura Minerals Inc.
 - 5.3. Em função da deliberação tomada na forma do item 5.2, acima, o capital social da Companhia passa de R\$132.629.690,00 (cento e trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e noventa reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 132.629.690 (cento e trinta e duas milhões, seiscentas e vinte e nove mil, seiscentas e noventa) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para 137.909.166,00 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e nove mil, cento e sessenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 137.909.166 (cento e trinta e sete milhões, novecentas e nove mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
 - 5.4. Em função da deliberação tomada na forma do item 5.2, acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte e nova redação:

"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 137.909.166,00 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e nove mil, cento e sessenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 137.909.166 (cento e trinta e sete milhões, novecentas e nove mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º- As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Parágrafo 2º- A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sem prejuízo dos demais direitos previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável.”

5.4.1. Tendo em vista a aprovação do item 5.2 acima, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos constantes do Anexo I à presente ata.

6. **Encerramento e Lavratura de Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Almas, 16 de maio de 2022.

Mesa:

Glauber Rosa Luvizotto
Presidente

Simone Pereira Gonçalves
Secretária

Conselheiros Presentes:

João Kleber dos Santos Cardoso

Rodrigo Cardoso Barbosa

Glauber Rosa Luvizotto

Esta página de assinaturas é parte integrante e inseparável da ata de Reunião do Conselho de Administração da Aura Almas Mineração S.A., realizada em 16 de maio de 2022.

ANEXO I

(à ata de Reunião do Conselho de Administração da Aura Almas Mineração S.A. realizada em 16 de maio de 2022)

ESTATUTO SOCIAL

DA

AURA ALMAS MINERAÇÃO S.A.

CNPJ N° 08.213.823/0001-07

NIRE 17.300.009.423

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

Artigo 1º - A AURA ALMAS MINERAÇÃO S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**").

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Fazenda Mateus Lopes, s/n, Zona Rural, município de Almas, Estado do Tocantins, CEP 77.310-000.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, a qualquer tempo, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - O objeto social da Companhia consiste nas seguintes atividades:

- (a) a exploração, prospecção, industrialização e comercialização de minério de qualquer natureza;
- (b) a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal;
- (c) realizar a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais em todo território nacional; e
- (d) a participação em outras sociedades empresárias, como sócia, acionista ou quotista.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia será indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 137.909.166,00 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e nove mil, cento e sessenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 137.909.166 (cento e trinta e sete milhões, novecentas e nove mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º- As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Parágrafo 2º- A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sem prejuízo dos demais direitos previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável.

Artigo 6º- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo 1º- O aumento do capital social, dentro do limite do seu capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive

preço, prazo e as condições de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º- Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; (ii) aprovar a emissão pela Companhia de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; (iii) de acordo com plano de remuneração baseado em ações aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, outorgar opção de compra de ações, ações restritas, ou qualquer outra forma de remuneração baseada em ações prevista no referido plano, a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, direto ou indireto, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iv) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (v) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Parágrafo 3º- A critério do Conselho de Administração, a emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 7º - As Assembleias Gerais da Companhia serão realizadas, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, nos termos do Artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, por qualquer outro membro do Conselho de Administração mediante deliberação majoritária em reunião do Conselho de Administração ou, ainda, nas hipóteses previstas no Artigo 123, Parágrafo Único da Lei das S.A..

Parágrafo 3º - A convocação da Assembleia Geral deverá ser realizada observados os prazos e formalidades dispostos no Artigo 124 da Lei das S.A..

Parágrafo 4º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto, salvo quando a lei exigir quórum maiselevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Parágrafo 5º - A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Parágrafo 6º - Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por quem o Presidente do Conselho de Administração indicar. O Presidente da Mesa escolherá o secretário da mesa.

Parágrafo 7º - Não obstante as formalidades aqui previstas relacionadas à convocação das Assembleias Gerais, a Assembleia Geral será considerada regularmente convocada quando comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo 8º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do Artigo 126, Parágrafo 1º da Lei das S.A.

Artigo 8º - Competirá à Assembleia Geral da Companhia decidir sobre as seguintes matérias:

- (i) reformar o Estatuto Social da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, assim como eleger e destituir os membros, efetivos e suplentes, do Conselho Fiscal, nas situações em que for instalado;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (v) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (vi) autorizar a constituição de garantias sobre ativos da Companhia;
- (vii) autorizar os administradores a confessar falência e ingressar com pedido de recuperação judicial;
- (viii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (ix) aprovar planos de remuneração baseados em ações para outorga de opção de compra de ações, ações restritas, ou qualquer outra forma de remuneração baseada em ações, aos administradores e empregados da Companhia e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- (x) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (xi) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- (xii) deliberar sobre aumento de capital (exceto aquele aprovado dentro do capital autorizado, pelo Conselho de Administração) ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social e de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (xiii) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, nos termos do Artigo 31 deste Estatuto Social;
- (xiv) eleger o liquidante, bem como instalar e eleger os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e
- (xv) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como as dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Artigo 9º - Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 10 - A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e o presente Estatuto Social. O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa dos diretores.

Parágrafo Único - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro ou Diretor, empossado, conforme o caso, dispensada qualquer garantia de gestão.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 11 - O Conselho de Administração será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral para cumprir mandato unificado de 2 (dois anos), permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores, nos termos do Artigo 143, Parágrafo 1º da Lei das S.A.

Artigo 12 - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o Conselho de Administração da Companhia nomeará o substituto que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia convocada após a vacância.

Artigo 13 - Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, ou este estatuto social, deliberar sobre as matérias listadas abaixo relacionadas à Companhia:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a determinação das metas e estratégias de negócios a serem atingidas pela Companhia e por suas controladas, zelando por sua boa execução;
- (ii) eleger, destituir, e definir as atribuições dos membros da Diretoria não previstas neste Estatuto Social;
- (iii) fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, de acordo com os valores e parâmetros aprovados em Assembleia Geral e em observância dos critérios e diretrizes previstos na legislação aplicável, em especial na Lei das S.A.;
- (iv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das S.A.;
- (v) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (vi) apreciar os resultados trimestrais e anuais das operações da Companhia;
- (vii) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável;
- (viii) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (ix) aprovar os orçamentos anuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- (x) deliberar sobre os temas do Artigo 6º, Parágrafos 1º e 2º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, nos termos do Artigo 6º, Parágrafo 3º, deste Estatuto Social;
- (xi) administrar e fiscalizar os planos de remuneração baseados em ações aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, incluindo a outorga de opção de compra de ações, ações restritas, ou qualquer outra forma de remuneração baseada em ações previstas nos referidos planos aos seus administradores e empregados da Companhia;
- (xii) deliberar sobre a emissão de debêntures simples não conversíveis em ações e sem garantia real e, em relação às demais espécies de debêntures, sobre as condições mencionadas no Artigo 59, Parágrafo 1º da Lei das S.A., bem como deliberar sobre a emissão de nota promissória para oferta pública de distribuição;
- (xiii) apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (xiv) deliberar sobre a criação dos comitês de assessoramento e a eleição de seus membros;
- (xv) aprovar e fixar políticas, códigos e outros instrumentos de conduta e operação da Companhia;
- (xvi) opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
- (xvii) aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre a Companhia e sociedades coligadas; ou (b) controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios;
- (xviii) deliberar sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- (xix) fixar a remuneração global anual dos membros dos Comitês Não Estatutários, se aplicável; e
- (xx) aprovar toda e qualquer doação a ser feita pela Companhia.

Parágrafo Único - Poderá o Conselho de Administração designar à Diretoria a aprovação dos negócios jurídicos de sua competência, em limite de alçada que definir, ressalvada a competência privativa prevista em lei.

Artigo 14 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões, dirigir os trabalhos, bem como coordenar o processo de avaliação de desempenho de cada conselheiro, do órgão colegiado, nos termos do presente Estatuto.

Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação escrita de qualquer de seus conselheiros.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante o envio, via carta, fax, e-mail, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento do correspondente aviso de convocação, devendo a primeira convocação ser enviada com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência.

Parágrafo 2º - O aviso de convocação deverá incluir ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais') e deverá ser acompanhado de todos os documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo 3º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo 15, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

Parágrafo 4º - Observado o disposto no Artigo 14, em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração em reunião deste órgão, caberá aos demais membros presentes indicar um substituto para presidir a reunião.

Artigo 16 - Os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro conselheiro a quem tenham conferido poderes especiais, mediante outorga de procuração indicando especificamente as instruções do voto a ser proferido na reunião a que estiver ausente. Serão igualmente considerados presentes à reunião os conselheiros que dela participarem por intermédio de tele ou videoconferência. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio físico ou eletrônico.

Parágrafo Único - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão em primeira convocação mediante a presença de todos os conselheiros eleitos, observadas as disposições do *caput* deste Artigo 16, e, em segunda convocação, mediante a presença da maioria dos membros eleitos.

Artigo 17 - Ressalvadas as exceções previstas neste estatuto social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º deste Estatuto Social, também eventual voto de desempate.

Artigo 18 - As decisões do Conselho de Administração serão lavradas em atas transcritas no livro próprio. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Seção III – Diretoria

Artigo 19 - A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição e autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, sendo designados, no mínimo: (i) 01 (um) Diretor Presidente; (ii) 01 (um) Diretor Financeiro; (iii) 01 (um) Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo 1º - Apenas poderão ser eleitos como Diretores da Companhia pessoas naturais que cumpram os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e tenham capacidade técnica e idoneidade compatíveis com o cargo a ser exercido.

Parágrafo 2º - Não obstante o disposto no *caput*, o prazo de gestão dos diretores se estende até a investidura dos novos diretores a serem eleitos.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
- (iii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções aos Diretores, observado o disposto neste estatuto;
- (iv) propor o quadro de empregados, suas atribuições e respectiva remuneração, que estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração;
- (v) ser responsável pela estratégia e desenvolvimento da Companhia e entregar resultados financeiros e operacionais;
- (vi) conduzir e orientar os princípios norteadores de governança corporativa da Companhia;
- (vii) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos governamentais, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; e
- (viii) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor Financeiro:

- (i) planejar, implementar e coordenar os relatórios financeiros, o plano de negócios e a política fiscal da Companhia, além de organizar, elaborar e controlar o orçamento da Companhia;
- (ii) preparar as demonstrações financeiras, gerir a contabilidade e administrar a tesouraria da Companhia em atendimento às determinações legais vigentes;
- (iii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (iv) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência, aos órgãos da Companhia e ao Conselho de Administração;
- (v) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência;
- (vi) administrar a estrutura de capital, os relacionamentos e reportar as exigências dos credores, financiadores, agências de classificação de risco de crédito e contrapartes de crédito da Companhia; e
- (vii) exercer outras atribuições designadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e
- (ii) exercer outras atribuições designadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 20 - Compete, ainda, à Diretoria, como órgão colegiado:

- (i) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;
- (ii) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (iii) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- (iv) administrar, gerir e superintender os negócios sociais;
- (v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, com exceção daqueles de competência do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral;
- (vi) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais da administração;

(vii) submeter o Conselho de Administração proposta de aumento do capital e reforma do estatuto;
(viii) recomendar ao Conselho de Administração quanto à aquisição de bens móveis e imóveis, bem como quanto à alienação ou oneração daqueles pertencentes ao patrimônio da Companhia;
(ix) elaborar e submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras do exercício bem como as propostas para destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos; e
(x) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o plano de investimento e os orçamentos econômico-financeiros anuais e plurianuais.

Artigo 21 - Em caso de vacância em qualquer dos cargos da Diretoria, seja em razão de renúncia, impedimento ou morte, caberá ao Conselho de Administração a eleição de novo diretor.

Artigo 22 - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme aplicável.

Parágrafo Único - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, exceto se prévia e expressamente autorizado em Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração, conforme aplicável.

Artigo 23 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, preferencialmente na sede da Companhia, podendo tais reuniões serem realizadas em local diverso se todos os membros julgarem conveniente e acordarem previamente e por escrito nesse sentido.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria deverão ser convocadas por qualquer dos Diretores por e-mail com confirmação eletrônica de entrega, com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência da data prevista para a reunião, devendo conter a ordem do dia, o local e estar acompanhada da documentação relativa à ordem do dia ou estar acompanhada de indicação de que a documentação está disponível na sede da Companhia.

Parágrafo 2º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros da Diretoria.

Parágrafo 3º - As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da totalidade dos Diretores e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 4º - É permitida a participação nas reuniões da Diretoria por meio de sistema de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro da Diretoria e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio físico ou eletrônico.

Parágrafo 5º - Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Artigo 24 - As deliberações da Diretoria serão tomadas por voto afirmativo da maioria dos membros da Diretoria.

Artigo 25 - A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, da seguinte forma:

- (i) pelo Diretor Presidente;
- (ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto;
- (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou
- (iv) por 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes.

Parágrafo 1º - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia e assinadas por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade determinado.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo 25, a Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor de Relações com Investidores junto às instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, bolsas de valores, instituições escrituradoras e entidades administradoras de mercados de balcão organizados).

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 26 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente, que somente será instalado quando solicitado por acionistas na forma prescrita na Lei das S.A.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua respectiva eleição, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3º - O funcionamento do Conselho Fiscal, a competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na Lei das S.A.

Parágrafo 4º - Quando em funcionamento, os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus aos honorários fixados pela Assembleia Geral, respeitado o limite legal.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 27 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na Lei das S.A., as quais serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos à conta de lucros apurados nestes balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes nos últimos balanços anual ou semestral, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Os dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio poderão, ad referendum da Assembleia Geral, ser considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Artigo 28 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das S.A. e neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, observado que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Artigo 182, Parágrafo 1º da Lei das S.A. exceder 30% (trinta por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências, permitida a reversão das reservas de tal natureza formadas em exercícios

anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A.;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 3º e 4º deste Artigo 28;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo 4º deste Artigo 28, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das S.A.;

(v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.;

(vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos projetos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo da Reserva de Investimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e

(vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares.

Parágrafo 4º - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 29 - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do Artigo 9º, Parágrafo 7º da Lei nº 9.249/1995 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 30 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados na Lei das S.A., cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral nomeará o liquidante, e as formas e diretrizes a serem seguidas e fixará os seus honorários.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A.

Artigo 32 - Para todas as questões oriundas deste Estatuto, fica desde já eleito o Foro da Comarca do Município de Almas, Estado de Tocantins, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.